

12 JUL 1997

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

FH na transição ao parlamentarismo

D iante das dúvidas a respeito da seriedade de sua proposta de submeter as reformas políticas a um plebiscito e da retomada da defesa do parlamentarismo por esse governo, o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, atesta que falava para valer, e vai mais fundo: "Já disse ao Fernando Henrique que ele deve ser o presidente que fará a transição de um Brasil presidencialista para um país parlamentarista."

Evidente que não esclarece se o presidente compartilha do desejo — até porque talvez seja desnecessário —, mas ele, Sérgio Motta, não abre mão de considerar o parlamentarismo e as reformas políticas duas bandeiras que o PSDB deve levantar com uma urgência de anteontem: "O partido precisa ter a vivacidade de defender bandeiras de luta de utilidade incontestável para o país e cuja possibilidade o Congresso vir, por si só, a aprovar (no caso das reformas, pois o sistema de governo só pode ser mudado mediante plebiscito), é hoje nula."

Está, pois, finalmente explicada a razão pela qual, assim não mais que de repente, Sérgio Motta lançou mão de uma tese de viabilidade hoje discutível, para dizer o mínimo. Quer dizer, em vez de ficar se perdendo em intrigalhadas inúteis, o PSDB deve mais é tratar de se diferenciar dos partidos cujos interesses não estão ligados a mudanças estruturais, notadamente quando elas ameaçam o *statu quo*.

"Basta ver de onde vieram as reações contrárias mais fortes à proposta das reformas políticas via plebiscito", aponta ele. De fato, saíram do PFL e do PMDB, duas criaturas prontas e acabadas do jogo vigente.

O leitor não estará desatento se concluir que o apoio tímido de Fernando Henrique — "a proposta é boa", disse ele — está ligado ao constrangimento de legislar em causa própria. E também mostrará acuidade se enxergar na proposta do ministro um projeto em andamento. Afinal, um terceiro mandato no presidencialismo não passa nem pela mais ambiciosa das mentes. Já uma candidatura a deputado federal trazendo em si embutida a possibilidade de eleição para primeiro-ministro não seria exatamente um escândalo, pois não?

Bem, mas voltando ao mundo da realidade presente, Sérgio Motta não vê a menor possibilidade de as relações entre Executivo e Legislativo deixarem de ser "incestuosas" enquanto o sistema político não for alterado. Garante que conversou sobre o assunto no partido e que voltará a lançar a proposta na próxima reunião da Executiva Nacional.

Ele reconhece que talvez o momento e a forma apropriados não sejam aqueles propostos por ele: na eleição de 3 de outubro de 1998 e na mesma cédula de votação dos candidatos. "Na verdade, eu chutei, mas era só para lançar a idéia." Na opinião de Motta, não importa quando nem como; o importante é inserir o assunto no debate nacional, fazer com que as pessoas começem a discutir e sentir a real necessidade de alterar as regras.

"Sem isso, não se terá nunca uma representação melhor."

Faz questão de ser ainda mais específico: "Ou a sociedade se convence da importância de mudar o sistema político ou continuará convivendo com os Ronivons da vida."